

CAPÍTULO V

O INKOSI

A pessoa e as funções do monarca eram consideradas de uma importância decisiva e extraordinária para todos os seus súbditos. Na história dos diversos grupos de origem angane, tanto dentro como fora do seu habitat original, numerosos são os exemplos da espantosa desordem gerada pela perda inesperada do *inkosi*. Por exemplo, quando Zwide, rei dos Ndwandwe, aprisionou Dingiswayo, soberano dos Metherhwa, estes logo retiraram descomandadamente, perdida por completo a sua capacidade de lutar.

Já notámos que, nas condições tradicionais, o poder efectivo do chefe tribal estava longe de ser absoluto. A organização social e política impunha-lhe fortes limitações e, em consequência, era exercido de maneira assaz democrática, após consultados os conselheiros, os *tindunas* de confiança e outras personalidades influentes.

As ambições de expansão bélica e reorganização militar eficiente, conduziram Chaka Dingane e seus sucessores a arrogar-se de uma concentração despótica de poderes, simultaneamente políticos, militares, económicos e sobrenaturais, concentração de que frequentemente abusaram.

No modelo revolucionário imposto por Chaka, era essencial que o *inkosi* fosse, de longe, o homem mais rico e mais poderoso do reino. Recordemos que toda a população da capital — incluindo um ou mais regimentos e, ainda, os numerosos visitantes — era sustentada pelo monarca. As suas imensas manadas repartiam-se pelas diferentes cidadelas militares e também por diversos grandes currais. A maior parte desse gado tinha sido tomada como presa de guerra. Grande número de cabeças

provinha de oferendas: dos guerreiros que pediam autorização para casamentos prematuros, dos chefes das povoações visitadas durante as digressões reais, etc.

Mais preciosas eram, certamente, as oferendas de mulheres jovens a quem o rei podia dar o destino que entendesse: mantê-las como concubinas ou esposas, oferecê-las como compensação por serviços prestados, casá-las recebendo o gado do seu lobolo, designá-las como serventuárias das rainhas, etc.

O soberano arrogava-se o direito de exigir dos seus súbditos quaisquer bens ou serviços. Um dos mais importantes relacionava-se com o cultivo dos campos reais, repartidos pela capital e pelas diversas citadelas militares.

As multas e confiscações representavam outra fonte de substanciais rendimentos. A segunda destas punições era aplicada aos crimes de traição, deserção, homicídio e feitiçaria. A um dos irmãos de Dingane, que ousou conspirar contra o soberano, depois de sumariamente executado, foram queimadas dez povoações, massacrados os habitantes e confiscadas as manadas que lhe pertenciam.

Já fizemos referência à considerável importância económica do comércio exterior monopolizado pelo monarca.

Os leões, leopardos, búfalos e rinocerontes mortos por quem quer que fosse, pertenciam sempre ao *inkosi*.

Por seu lado recaía sobre este o dever indeclinável de auxiliar todos os seus súbditos vitimados pela fome, pela miséria ou pelo infortúnio. A riqueza da nação encontrava-se nas mãos do rei para que a empregasse em prol do bem-estar geral.

O *inkosi* considerava-se como o representante directo dos fundadores da comunidade e, por conseguinte, o único habilitado a propiciar os respectivos espíritos em caso de calamidade pública. Quando adoecia, vinham oferendas de gado de todos os cantos do país, destinadas aos sacrifícios, ao mesmo tempo que os antepassados-deuses eram suplicados a restituir-lhe a saúde.

O seu nome tinha carácter sagrado. Na sua pessoa se centralizavam os rituais mágicos, tanto da actividade agrária como da actividade bélica. Era considerado como o símbolo da unidade nacional.

A capital, que era também a principal citadela militar, contava cerca de mil habitações e compreendia as seguintes secções privadas:

- a) o *isigodlo* «negro» estritamente reservado ao rei, suas mulheres e serventuárias;

- b) o *isigodlo* «branco», de um e outro lado da entrada, ocupado pelos filhos do rei e pelas criadas mais jovens;
- c) os currais de gado, dispostos lateralmente, de modo a deixar livre a grande praça central, onde se realizavam as concentrações do exército.

A residência do soberano era bastante vasta, com seis metros de altura e o tecto sustentado por nove pilares. Resolvia os grandes problemas do Estado sentado sobre um cadeirão talhado num só tronco. Ao lado da residência havia um pequeno montículo de argila onde trepava quando pretendia observar a capital ou apresentar-se aos regimentos visitantes.

Na corte, diversas personagens eram responsáveis por funções específicas: porteiros, sentinelas, artesãos, cozinheiros, construtores, arautos dos poemas laudatórios. O monarca dispunha de vários ajudantes pessoais como o escudeiro, o portador da tabaqueira e o *insila* encarregado de o assistir durante os cuidados corporais e de dormir atravessado sobre a porta real. Esses ajudantes deviam morrer com o seu senhor.

O dia de Sua Majestade iniciava-se ao meio da manhã com um banho público, seguido de fricções, aplicações cutâneas de loção gordurosa e outros cuidados de «toilette». Depois de ser barbeado e rapado, todos os pêlos removidos deviam ser cuidadosamente queimados. Durante os seus repastos solitários, os presentes encontravam-se proibidos, sob pena de morte, de escarrar, tossir ou espirrar. A carne e o leite coalhado que consumia eram fornecidos pela manada sagrada guardada no curral sito diante do *isigodlo*, manada a que jamais se misturava o gado capturado às tribos estranhas. A água utilizada pelo rei e pelos ocupantes do *isigodlo* era oriunda de um poço ou local rigorosamente privado. Os visitantes que convidasse a comer consigo deviam agachar-se apoiados em joelhos e mãos e comer como cães, com a face mergulhada na gamela.

Quando dava audiência, as mulheres deviam aproximar-se caminhando ajoelhadas e os homens rastejando lateralmente. A retirada era sempre feita de joelhos, com a face voltada para o monarca.

A manada real desfilava diariamente perante o rei que escolhia seis a doze cabeças destinadas ao consumo quotidiano. Antes das vacas serem mungidas, os guerreiros presentes cantavam, dançavam e exaltavam perante o rei os seus gloriosos feitos de armas. De cada vez que o açougueiro abatia uma das cabeças, com certa estocada de lança, os guerreiros bradavam louvando o soberano.

De tempos a tempos um destacamento militar vinha da sua longínqua cidadela, «pedir escudos» ao *inkosi* que, graças ao gado quotidiana-

mente abatido na capital régia, os possuía sempre em depósito. Este costume era cercado de curiosas formalidades. Por exemplo, o relato de E. J. Krige⁽⁷⁸⁾ baseado no testemunho ocular de Gardiner, contém uma passagem que nos parece assaz relevante para explicar os conflitos quase permanentes em que ulteriormente vieram a atracar-se os diversos grupos vangunes partidos do seu habitat original. Dingane, solicitado pelos guerreiros a «fornecer os escudos» manifestava a maior relutância em satisfazer o pedido, acusando-os de cobardia e fraca combatividade. Muito instado decidiu finalmente dar-lhes uma oportunidade para provar o seu valor: ordenou-lhes que partissem com o objectivo de «tomar o gado de Mzilikazi». Este duelo verbal afigura-se-nos ser uma sobrevivência ritualizada de qualquer ordem normal e efectiva proferida nos tempos de Chaka.

A régia pessoa era de tal modo essencial ao bem-estar dos seus súbditos que se tornava absolutamente necessário que fosse «forte» sob todas as facetas. A nação inteira sofreria caso não tivesse suficiente resistência para enfrentar os seus inimigos, tanto terrenos como sobrenaturais. Assim, devia ser magicamente fortificado contra os múltiplos perigos que o ameaçassem. Nas práticas de fortificação, certas partes da cabeça humana, fonte de suprema potência, desempenhavam um papel fundamental. O crânio de um homem especialmente sacrificado para o efeito era cuidadosamente transformado numa taça onde o *inkosi* guardava todas as noites um pouco de água com que lavava a face na manhã seguinte.

Empregava os melhores curandeiros e médicos-mágicos do país e tinha o direito de lhes exigir os remédios mais potentes que conhecessem. Podia, caso o julgasse necessário, recorrer à magia negra e à feitiçaria maligna: o termo *umthakathi*, nigromante, grave insulto quando dirigido a qualquer comum, era considerado como um egrégio cumprimento quando endereçado ao monarca.

Este era também o guardião dos objectos rituais e sacros da Nação, herdados dos seus antepassados, cuja força neles se tinha concentrado. Um dos mais valiosos era o *ink'atha*, feito com os resíduos, as sujidades e as secreções corpóreas das majestades defuntas. Mas poderio incomparável tinha, sem dúvida, o «vaso» régio, com o qual podia não somente vencer os seus inimigos, mas até mesmo descobrir o gado tresmalhado. Este vaso sobrenatural tinha reforçada potência durante os estados de guerra já que permitia ao soberano ganhar superioridade mágica sobre os inimigos e até adivinhar se o seu exército sairia triunfante. Nesta

magia militar actuavam como componentes essenciais estilhas de objectos pertencentes ao chefe inimigo, obtidos por intermédio de espões.

Para obter completa ascendência sobre os membros da tribo vencida, o meio mais eficaz utilizado pelo monarca vencedor era saltar sobre o chefe capturado, matá-lo com as suas próprias mãos e, finalmente, devorar porções escolhidas da sua cabeça e dos seus órgãos genitais. Foi, provavelmente, o que Zwide fez a Dinguiswayo. Nos poemas laudatórios mencionavam-se sempre os nomes dos chefes inimigos que o glorioso *inkosi* havia «comido».

Algumas vezes a cabeça do chefe vencido era conservada na habitação do *inkosi* vencedor, como meio de reforçar a sua potestade mágica e as oportunidades de alcançar completa vitória sobre os rivais que lhe restasse abater. Quando o exército se concentrava para ser magicamente medicado, antes de se lançar ao ataque, a cabeça ou cabeças dos chefes vencidos eram colocadas ao lado do medicamento régio.

O monarca encontrava-se também estreitamente ligado à chuva e à vida agrícola. Em tempos de seca, dirigia preces aos espíritos seus antepassados, perante a assembleia dos notáveis, expressamente reunida para o efeito. Sacrificavam-se cabeças de gado miúdo e graúdo, de cor negra, como as nuvens pluviosas. Era essa razão por que o rei mantinha sob suas ordens directas os mais famosos «causadores de chuva», os quais não dispunham de permissão para agir independentemente. O domínio do régio potentado sobre a chuva era de tal maneira considerável que eram enormes os riscos de seca durante o interregno que mediava entre o seu falecimento e a investidura do sucessor. Para os remover levavam-se a efeito cerimónias especiais.

A frutificação das sementeiras também dependia do monarca que era reputado como o responsável supremo pelos sucessos agrícolas. As grandes cerimónias anuais das primícias, *umkhosi*, demonstravam exuberantemente o seu poderio ímpar sobre a eficiência do exército e o sucesso das colheitas.

Essas cerimónias eram habitualmente divididas em duas partes: a pequena e a grande *umkhosi*. A primeira, realizada com a antecedência de um mês, era reservada ao rei. Antes da sua conclusão a ninguém era permitido provar os frutos da nova estação. Durante a segunda, o soberano era fortificado juntamente com todos os guerreiros do exército. Se bem que possuísse pronunciadas características militares, retinha, mesmo assim, os seus fundamentos agrícolas. O *inkosi* aclamado como a personificação das colheitas, era envolvido em folhas e cereais e dirigia preces aos seus antepassados.

A verdade é que as duas cerimónias nacionais que descrevemos em algumas linhas, revêstiam-se de impressionante grandeza e complexidade. Exigiam a concentração e a preparação cuidadosa de cada regimento, a confecção e a administração de poderosos medicamentos-mágicos, nos quais entravam restos humanos e a vesícula do touro negro estrangulado à mão pelo regimento favorito. O rei, escondido durante três dias, recebia os mais potentes medicamentos «negros». Outros rituais tinham por fim exorcizar os espíritos perniciosos e expulsar a peste e a doença de toda a Nação. O soberano e o exército inteiro, eram magicamente fortificados e purificados nas águas fluviais.

Os regimentos, com os seus trajos de gala, desfilavam e dançavam perante a augusta personagem. Uma particularidade extremamente curiosa era a plena liberdade reconhecida a todos os guerreiros de se dirigirem insolentemente ao monarca, formulando perguntas indiscretas, duvidando da sua coragem, honestidade e competência. Qualquer um podia, inclusivamente, insultá-lo e tratá-lo com desprezo.

O *umkhosi* funcionava, outrossim, como assembleia legislativa, durante a qual se dava conhecimento público das novas leis e da revogação das antigas disposições de carácter legal.

*

Terminámos, enfim, esta primeira parte, na qual procurámos descrever a espantosa transformação de uma simples e pacífica tribo do sudeste africano numa autêntica e poderosa nação. Isto graças à adaptação das tradicionais instituições políticas, militares, sociais, económicas e religiosas, a inéditas necessidades de centralização e de sistemática expansão belicosa.

Mas as ambições pessoais, rivalidades sangrentas e crueldades atrabiliárias, destruíram os sonhos e os esforços de unificação de Chaka. Melhor aplicados por este génio despótico e compreendidos pelos seus sucessores, os Vangunes poderiam ter-se transformado em uma das raras nações africanas que gozam de verdadeira homogeneidade política, cultural e linguística, como aliás sucedeu com os mais ditosos Swazi, que iremos referir em seguida.

Paradoxalmente foi a política de «desenvolvimento separado» do governo da República da África do Sul que provocou um renascimento do espírito nacional entre os quatro milhões de Zulus. A pequena tribo que Chaka chefiou deu o seu nome orgulhoso a todo um grupo étnico, agora transformada numa nação embrionária: Kwazulu.

O descendente colateral de Chaka, Zuelithini Bhekuzulu, oficialmente reconhecido como seu actual monarca, foi coroado em Dezembro de 1971, durante uma grandiosa cerimónia a que assistiram 50 000 dos seus mais importantes súbditos. A carne de bovinos, antílopes e búfalos foi distribuída juntamente com a cerveja tradicional.

O ministro sul-africano responsável vaticinou que o seu reinado bem poderia assistir à ascensão dos zulus à plena independência. O brilhante e combativo chefe Buthelezi, nomeado primeiro-ministro do Kwazulu, não tardou a apresentar um programa de reivindicações que compreende a educação obrigatória, a expropriação das propriedades de europeus e, enfim, o direito a possuir um exército privativo.